

## NOTAS

# APROXIMAÇÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS

## PROLEGÓMENOS ACERCA DE LOS CAMBIOS CLIMÁTICOS GLOBALES

### ON GLOBAL CLIMATE CHANGES

**Lucí Hidalgo Nunes**

Instituto de Geociências – UNICAMP  
Correio eletrônico: luci@ige.unicamp.br

**Resumo:** O clima condiciona todo o sistema planetário. Tem sido percebido pelo homem como um fenômeno estático, mas é extremamente dinâmico. Entretanto, a comunidade científica vem alertando que a velocidade de alteração do ambiente pela ação antrópica tem sido bem maior do que a dos processos naturais.

Estudos diversos apontam que em anos recentes tem se verificado um aumento da temperatura planetária, consistente com a alteração em outros parâmetros climáticos.

Para reverter esse quadro que afeta todo o globo, ainda que de forma e grau distintos, a questão requer maior aprofundamento científico em todas as escalas e maior comprometimento das diversas instâncias da sociedade, o que poderia implicar, inclusive, em revisão de padrões culturais de produção e consumo.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas, atmosfera, sociedade, ambiente.

**Resumen:** El clima condiciona todo el sistema planetario. El ser humano lo ha considerado como un fenómeno estático, pero es extremadamente dinámico. A pesar de ello, la comunidad científica ha alertado a la sociedad de que la velocidad de alteración ambiental causada por la acción antrópica es mucho mayor que la de los procesos naturales.

Diversos estudios señalan que durante los últimos años se ha verificado un aumento de la temperatura del planeta que coincide con alteraciones en otros parámetros climáticos.

Para invertir este cuadro que afecta todo el globo, aunque en formas y grados distintos, se requiere una profundización científica mayor en todas las escalas y un compromiso ineludible de todas las instancias de la sociedad, lo que implicaría inclusive, una revisión de parámetros culturales en la producción y el consumo.

**Palabras clave:** cambios climáticos, atmósfera, sociedad, ambiente.

**Abstract:** The climate influences the whole planetary system. Although perceived by the mankind as a static phenomenon, it is extremely dynamic indeed. Nevertheless, the scientific community has emphasizing that the environmental changes induced by man have been faster than the natural processes.

Studies have showed that recent years are experiencing an increase in the global temperature, which is consistent to changes in other climatic parameters.

To reverse this picture that affects the entire world though in different ways and degrees, the issue of global climate changes requires deeper scientific approach in all scales and the compromise of the whole society. This could imply in a revision of production and consumption cultural patterns.

**Key Words:** climate changes, atmosphere, society, environment.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18 , vol. I, n. 18	p. 179-184	JAN.-JUN./ 2.002
-------------	-----------	------------------------	------------	------------------

## Introdução

A existência da vida em nosso planeta deve-se, primariamente, às características da atmosfera terrestre, que provê, aos seres vivos, ar puro, água potável e suprimento de alimentos, necessidades básicas para a vida.

Condições climáticas favoráveis tiveram relação direta com o florescer de inúmeras civilizações; por outro lado, o declínio de muitas delas esteve, ao menos parcialmente, associado à deterioração das condições climático-ambientais (Nunes, 1999).

Apesar da extrema dependência do homem em relação ao clima, sua compreensão é ainda parcial, visto que os processos atmosféricos são muito variáveis, sensíveis e de difícil percepção, fruto de complexas interações entre o sol, a atmosfera, os oceanos, o gelo, o relevo, as terras emersas, a vegetação e os seres vivos. Além disso, o clima vem sendo cada vez mais influenciado pela ação antrópica, principalmente nas escalas mais locais.

## A percepção do clima

O clima tem sido percebido ao longo da história da humanidade como um fenômeno estável, que não apresentaria grandes surpresas nem capacidade de mudança no espaço da vida humana. Porém, a história do homem no planeta é repleta de exemplos que comprovam que sua velocidade em alterar o meio ambiente é bem mais rápida do que a dos processos naturais vigentes (Nunes, 1999), não existindo sincronia entre as escalas que governam os fenômenos naturais e as atividades humanas.

Ainda que alguns ambientes apresentem grande capacidade para o retorno das condições de equilíbrio, estabilidade, renovação e auto-regeneração, isso demanda um fluxo de tempo, mesmo porque essas alterações podem conduzir a novos processos na dinâmica climática e ambiental.

Recentemente a atmosfera tem sido vista como recurso, aumentando o nível de preocupação quanto às perturbações do sistema climático global. O ponto positivo dessa abordagem é que, mais e mais, os aspectos climáticos vêm levantando o interesse da classe científica, política, da mídia e da sociedade civil. Porém, como ressaltam Kumar e Murck (1992) isso reflete uma característica do pensamento humano em apenas conferir interesse àquilo que é efetivamente passível de valoração em termos de sua utilidade para os seres humanos e não como parte interdependente entre os seres vivos.

Isso ocorre no momento em que a ciência provê indícios fortes de alterações que podem afetar o ambiente global. Por muito tempo, relatórios apresentados por cientistas foram reticentes em afirmar que as atividades humanas estariam afetando o clima planetário. Em 1995, finalmente, o relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change, publicado em 1996) concluiu que o clima mudou no último século<sup>1</sup>, havendo inúmeras evidências para corroborar esse fato: aumento na concentração de gases como CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O, que entre 1750 e 1992 cresceram, respectivamente, 30, 145 e 15%; aumento entre 0,3 e 0,6°C na temperatura média global em superfície, notadamente nas áreas continentais de média latitude e aumento global do nível do mar, entre 10 a 25 cm nos últimos 100 anos. O relatório de 1995 alertava, ainda, ser esperado que o clima continuasse a mudar no futuro e enfatizava que, apesar dos avanços, ainda existiam muitas incertezas quanto à temática.

<sup>1</sup> O IPCC, assim como o FCCC (United Nations Framework on Climate Change) usam o termo Mudança Climática (Climate Change) para mudanças decorrentes da influência antrópica.

Em seu relatório mais recente (2001) o IPCC reafirma esses pontos, destacando: as temperaturas nos oceanos e na superfície terrestre continuam a aumentar; a temperatura continental diurna vem diminuindo, coincidindo com o aumento da nebulosidade e da precipitação. Há uma tendência quase global de decréscimo e afinamento na cobertura de gelo nos oceanos no verão e na primavera, consistente com o aumento das temperaturas superficiais. Os oceanos estariam mais quentes nos últimos 25 anos, principalmente nas médias e altas latitudes do Hemisfério Norte, com aumento global no nível do mar. Isso acarretaria acréscimo na quantidade de vapor d'água na troposfera resultando em eventos mais extremos e fortes de precipitação nesses locais. Para o Hemisfério Sul o mesmo relatório informa que áreas como setores oceânicos e a Antártida parecem não estar sofrendo esses efeitos, não tendo se aquecido.

### O tratamento da questão

A questão climática requer um total compromisso entre as instâncias científica, política e a sociedade civil. Trata-se de um aspecto planetário, em que todos têm responsabilidades, não sendo meramente concernente a um país ou a uma região. Ademais, sua resolução não pode ser adiada.

Este fato emerge de forma dramática num momento em que inúmeras nações convivem com dois aspectos conflitantes: de um lado, a criação de blocos econômicos e de outro, movimentos separatistas, o que dificulta o tratamento formal desta temática premente por parte dos governos.

No contexto atual, por exemplo, observa-se que entre os aspectos em discussão para a formação de um bloco econômico no continente americano (Área de Livre Comércio das Américas - ALCA) não estão contempladas questões relativas à emissão de gases de efeito estufa, ainda que fatos econômicos e ambientais estejam intimamente relacionados.

A cooperação internacional - absolutamente imprescindível, tratando-se de um problema sem fronteiras - tem-se revelado limitada e os resultados obtidos, frustrantes. A recente Conferência de Meio Ambiente realizada entre agosto e setembro de 2002 em Johannesburgo expôs mais uma vez que uma boa parte dos governos não tem interesse na consideração conjunta de aspectos climáticos, econômicos e sócio-culturais.

A mentalidade imperante, muito mais voltada para a escala das nações individuais do que para o benefício global, evidencia o descompasso entre a consciência ambientalmente correta e as estruturas econômicas do poder. Além disso, os efeitos mais imediatos advindos de possíveis mudanças climáticas podem trazer conseqüências benéficas ou maléficas. Países mais pobres e com menor expressão nas cúpulas internacionais, como as nações insulares de pequena dimensão e população, seriam mais afetados negativamente com a elevação do nível do mar devido ao aumento da temperatura. Outros países como o Canadá e a Rússia, que segundo os modelos de previsão de mudanças climáticas (CGCM, ECHAM) teriam suas temperaturas aumentadas, poderiam expandir suas fronteiras agrícolas mais ao norte, com grandes vantagens econômicas.

Esse impacto desigual do ponto de vista espacial faz com que haja um desinteresse de algumas nações em uma ampla discussão e tomada de decisões. Um exemplo dessa polêmica envolve a diminuição dos níveis de emissão dos gases de efeito estufa para o ano de 2012, em 5,2% sobre os níveis de 1990 - ponto central do Protocolo de Quioto. As emissões de gás carbônico dobraram entre 1965 e 1998 e continuam crescendo 2,1% ao ano, com os Estados Unidos, responsáveis por quase  $\frac{1}{4}$  das emissões, reiterando que não homologarão o tratado, recusando-se a discutir a questão.

Deve-se ressaltar que algumas medidas, especialmente aquelas que envolvem uma rápida decisão, devem ser tomadas no âmbito local, havendo necessidade de envidar esforços para o perfeito entrosamento em todas as esferas de poder.

A capacidade de antecipar e responder com agilidade e precisão às mudanças ambientais globais depende da documentação e compreensão da interatividade dos processos do sistema terrestre envolvidos. Para a avaliação de eventuais alterações nos padrões climáticos vigentes, é mister o reconhecimento das características climáticas atuais, o aprofundamento da nossa compreensão de como a sociedade e a economia estão sendo influenciadas pelas flutuações climáticas e como o comportamento humano pode ser afetado.

Apesar dos inegáveis progressos para a compreensão climática, é ainda dificultoso distinguir-se claramente as variações naturais daquelas decorrentes da ação antrópica mais recente (IPCC, 2001). Faz-se necessário, portanto, ampliar o nível de conhecimento de informações no tocante à sensibilidade climática de setores econômicos (produção de energia, agricultura, pesca, transporte, recursos hídricos, indústria do turismo, etc.) de modo a prover uma base para a determinação da vulnerabilidade e identificação de respostas estratégicas voltadas à mitigação e adaptação de diversos desastres, bem como auxiliar o gerenciamento de atividades produtivas, como agrícola.

Aspectos sistematicamente negligenciados no tratamento da questão mudanças climáticas, como fatores culturais existentes nos padrões de produção e consumo, de difícil alteração, devem receber igual importância na discussão científica da temática, sem o que não poderá haver avanços significativos.

É preciso enfatizar que nenhum esforço será bem sucedido sem o engajamento da sociedade o que, em muitos casos, demandaria a mudança de consciência da população, especialmente em sociedades que apresentam alto padrão de vida, em grande extensão, às custas da exploração dos recursos naturais não renováveis (desmatamento, queima de combustíveis fósseis, produção de CFC) o que impacta o sistema atmosférico. Isso ocorre, em parte, porque os seres humanos, na sua maioria, não se consideram parte da natureza e tendem a reduzir tudo a uma mera questão de conforto imediato e economia.

Deve-se salientar, também, que anomalias como secas e inundações fazem parte da característica climática, sendo apenas menos freqüentes. No entanto, quando excepcionalidades são registradas ao longo de muitos anos ou mesmo décadas, o estresse causado às sociedades humanas é profundo, afetando solos, estrutura da vegetação, composição das espécies, ciclos biogeoquímicos, aspectos econômicos como produtividade agrícola e, em última instância, a sociedade.

Isso atesta que o crescimento da população no planeta e a expansão de suas atividades têm aumentado, também, sua vulnerabilidade aos eventos climáticos. Ao encontro dessa idéia está a percepção distorcida das sociedades quanto às mudanças climáticas reais: inúmeros estudos têm demonstrado que, apesar do aumento das perdas econômicas e de vidas por fenômenos atmosféricos diversos, a severidade dos eventos climáticos que causam esses danos não exibe uma elevação comparável, o que sugere que mudanças no padrão de vida das populações as expõem a um risco maior (Kunkel et al.1999; Nunes, 2000b).

O progresso na área computacional tem possibilitado sintetizar informações e desenvolver modelos de previsão que, associados à maior compreensão dos componentes naturais do sistema terrestre - atmosfera, oceanos, solos e processos físicos, químicos e biológicos que os ligam - têm potencial para um maior desenvolvimento de estudos integrados do sistema climático. Esses modelos baseiam-se em leis físicas que descrevem a dinâmica desses elementos, sendo que a maior parte tem resolução global. Processos naturais que ocorrem numa escala menor têm sido modelados através de parametrização (IPCC 1995, 2001). Esforços têm sido devotados pela comunidade científica para o desenvolvimento de modelos em escala regional (downscaling techniques), mais próximos da realidade.

Todavia, mesmo considerando apenas as componentes físicas, as questões climáticas envolvem inter-relações entre um grande número de fatores com graus de hierarquia e possibilidade de

variação elevados, o que implica em grande imprevisibilidade, dificultando sua modelagem. Esse fato é ampliado com a intervenção humana, que incorpora grau ainda maior de incerteza.

Paralelamente, diversos índices de mudanças multivariados e multidimensionais têm sido aplicados em escala regional e local, sendo seus resultados apontados como indicadores de mudanças climáticas. Esses estudos objetivam, principalmente, a avaliação da variabilidade de elementos do clima e a recorrência de extremos (Karl et al., 1996; Ben-Gai et al., 1998, e Nunes, 2000a). Entretanto, o crescimento de publicações científicas relacionadas ao aumento da variabilidade climática, à maior incidência de eventos excepcionais (ambos indícios de alteração do padrão habitual) e estudos de tendências, não reflete um avanço na compreensão da temática, visto que pesquisas elaboradas por diferentes cientistas, utilizando técnicas diversas, mas com propósitos similares, apresentam conclusões diferenciadas (Nunes e Lombardo, 1995). A isso se acresce o fato de que os métodos científicos atuais, francamente lineares, têm-se revelado ineficientes no tratamento das questões ambientais-atmosféricas, que não seguem esses padrões. Alguns novos métodos, como as teorias do caos e dos fractais, poderiam abrir novas perspectivas de progresso nas ciências atmosféricas (Nunes, 1997).

### Considerações Finais

Estudos de mudanças climáticas só fazem sentido quando relacionados aos impactos na sociedade e no ambiente. Porém, não existe um claro vínculo entre o que é medido por cientistas atmosféricos e impactos na sociedade associados (Kunkel et al. 1999).

O tratamento científico das mudanças climáticas, cujos resultados deveriam ser foco de ações políticas em diferentes instâncias, situa-se na interface de processos naturais e sociais. Demanda a integração de fenômenos essencialmente diversos e altamente dinâmicos ocorrentes em diferentes escalas espaço-temporais e que se cristalizam com variados graus de impacto nos lugares.

É nesse campo de articulação dos processos físicos e sócio-econômicos que o geógrafo assume papel relevante nos estudos de mudanças climáticas, pois sua formação favorece a análise com amplitude, profundidade e imparcialidade de componentes distintos em seus arranjos espaciais. Há de se salientar quanto a isso que os processos da atmosfera-oceano apresentam uma repercussão espacial muito particular, fruto das dinâmicas de sistemas altamente variáveis no tempo e no espaço.

Além disso, o tratamento geográfico da questão antevê a consideração de uma estrutura escalar interativa, que possibilite a interpretação articulada e dinâmica dos fatores concorrentes nas mudanças climáticas, que são de diversas ordens.

A relativa pequena inserção do geógrafo em equipes multidisciplinares (não se pretende aqui discutir as razões que levam a isso) tem por conseqüência o empobrecimento e o atraso de uma compreensão da problemática, pois apesar de uma evolução metodológica no tratamento dessa questão, ainda se observa um descompasso entre a consideração de atributos físicos e sociais por parte de outros cientistas que avaliam o tema, sem conferir igual peso às dimensões humanas associadas.

Qualquer arranjo espacial contém em si relações sociais próprias de um dado momento histórico. Os atuais processos de ocupação do território, o empobrecimento de certos segmentos da população, a utilização de sistemas tecnológicos inadequados - em grande extensão porque seus conteúdos científicos são dominados por enfoques derivados das ciências naturais - levam a um impacto decorrente das mudanças climáticas espacialmente desiguais, ou seja, as decorrências das intempéries reflete a seletividade da ocupação do espaço.

As formas de produção, conteúdo e funções do território como contribuintes para a aceleração de problemas ambientais - com destaque para as alterações climáticas - refletem o modelo

de desenvolvimento econômico e padrões de ocupação do espaço, definidos em macro-escala mas com repercussão local.

Vale lembrar que uma parte expressiva dos problemas atuais do planeta, como inundações, deslizamentos de encostas, tempestades, ciclones, tornados, etc. estão conectados direta ou indiretamente à eventos atmosféricos, eventualmente relacionados às alterações do clima em curso. Essas ocorrências têm acarretado, no mundo inteiro, perdas de vidas, um contingente enorme de desabrigados e prejuízos econômicos vultosos.

Mesmo assim, dado o esforço mundial e multidisciplinar, bem como o fato das questões climáticas estarem, mais do que nunca, no centro das discussões, espera-se que num futuro próximo diminuam as incertezas e melhore sobremaneira nossa compreensão quanto ao que pode vir a acontecer no sistema climático em rápida alteração nos diferentes níveis escalares.

Espera-se, também, um maior comprometimento de todos os setores da sociedade para essa delicada e urgente questão que afeta, ainda que de forma distinta, todo o sistema planetário.

Tendo em vista que essas alterações já estão em curso, deve-se aumentar, igualmente, a habilidade do ser humano em reverter esse quadro. Porém, as proposições para a questão não podem contemplar modelos econômicos que perpetuem valores sócio-ambientais inaceitáveis.

### Bibliografia

- BEN-GAI, T., BITTAN, A., MANES, A., ALPERT, P., RUBIN, S. Spatial and temporal changes in rainfall frequency distribution patterns in Israel. *Theoretical and Applied Climatology*, Austria, Springer-Verlag, n.61, p.177-190, 1998.
- IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 1995- The science of Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate Change 2001 -The Scientific Basis – contribution of the Work Group I to the Third Assessment Report of the IPCC*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- KARL, T.R., KNIGHT, R.W., EASTERLING, D.R., QUAYLE, R.G. Indices of climate change for the United States. *Bulletin of the American Meteorological Society*, v.77 n.2), p.279-292, February, 1996.
- KUMAR, R., MURCK, B. *On common ground: managing human-planet relationships*.Rexdale: John Wiley & Sons, 1992.
- KUNKEL, K.E., PIELKE JR., R.A., CHANGNON, S.A. Temporal fluctuations in weather and Climate extremes that cause economic and human health impacts: a review. *Bulletin of the American Meteorological Society*, v.80 n.6, p.1077-1098. June, 1999.
- NUNES, L.H., LOMBARDO, M.A. A questão da variabilidade climática – uma reflexão crítica. *Revista do Instituto Geológico*, v.16 n.1/2, p.21-31, 1995.
- NUNES, L.H. Temporalizando a espacialidade: o uso de SIG na análise climática. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOPROCESSAMENTO, 4, São Paulo, *Anais...*, São Paulo, 1997, v.1. 296-308, 1997.
- NUNES, L.H. A influência do clima na história. *Revista Geopantanal* n.5, p.15-23, 1999.
- NUNES, L.H. Seasonal changes in the rainfall pattern in São Paulo, Brazil. In: INTERNATIONAL FORUM ON CLIMATE PREDICTION, AGRICULTURE AND DEVELOPMENT, 2000, Palisades, USA. *Proceedings*. Palisades: International Research Institute for Climate Prediction, p.129-133, 2000a.
- NUNES, L.H. Climatologia Geográfica: avanços e perspectivas no planejamento urbano e rural (CD ROM do IV Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica – Clima e Ambiente: riscos, impactos e sustentabilidade, Rio de Janeiro, 2000), Rio de Janeiro, 2000b

### Agradecimento

Maria Alicia Gancedo Alvarez, pela tradução precisa e rápida para o espanhol e ao colega geógrafo (e grande amigo) Edson Cabral.

**RESENHA**  
**RENDA DE CIDADANIA. A SAÍDA É PELA PORTA. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E CORTEZ ED. SÃO PAULO, 2002.**

**Everaldo Santos Melazzo**

Economista, Professor da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia,  
Câmpus de Presidente Prudente, SP.  
Correio eletrônico: melazzo@prudente.unesp.br

São conhecidas de todos os que já tiveram algum contato com o Senador Suplicy, sua paciência e insistência em explicar e argumentar a favor da necessidade de implantação de uma renda básica de cidadania no Brasil. E o que a princípio parece ser apenas uma obstinação sobre um único tema revela-se logo a única atitude possível para quem se dispôs a pensar e agir sobre as causas mais profundas das desigualdades econômicas, sociais e políticas brasileiras.

Desde a primeira linha da Introdução, revela-se por inteiro o autor de *Renda de cidadania. A saída é pela porta*. “Escolhi o tema da possibilidade de uma política econômica civilizada porque me impressionam os contrastes e paradoxos existentes no nosso país”, particularmente aquele que da conta que 34% dos brasileiros vivem em famílias com renda inferior à linha de pobreza e 14% em famílias com renda inferior à linha de indigência, segundo cálculos do IPEA.

Assim, a partir da sua inquietação, o autor se coloca ao lado dos grandes pensadores de nossa realidade na medida em que seu livro se constitui num inegável marco na longa e fértil trajetória do pensamento da economia política brasileira.

O argumento central, nas palavras do próprio autor, é: “... assegurar a todas as pessoas o direito inalienável de participar da riqueza da nação e ter o suficiente para as suas necessidades vitais” (94).

Trata-se, então, de enfrentar a questão da distribuição do produto socialmente gerado. E esta não é uma questão trivial na medida em que envolve padrões e critérios que se afastam da racionalidade técnica e econômica para adentrar necessariamente no campo da política, dos arranjos institucionais e da correlação de forças em cada sociedade em cada momento histórico. E a constatação necessária para esse entendimento é que se a humanidade, particularmente a partir da gênese do capitalismo como modo de produção hegemônico, encontrou a possibilidade de expandir continuamente as possibilidades de produção de bens materiais muito acima de suas necessidades não encontrou, entretanto, uma maneira includente de distribuí-los. Afirmção mais verdadeira ainda quando se reconhece que via mercado a distribuição do produto social se faz por critérios e lógicos onde impera a concentração da renda e da propriedade.

Lembra-nos Suplicy, entretanto que a distribuição mais equitativa destes elementos extrapola o reino da economia e as condições gerais da produção econômica. Mais além, e como discute Suplicy a partir de Amartya Sen, as diferenças e desigualdades econômicas e de acesso a bens, mercadorias, renda e riqueza entre os indivíduos cumprem um papel fundamental em relação às diferenças e desigualdades da distribuição do poder político, no acesso à cultura, na construção da cidadania e enfim sobre a própria liberdade como valor intrínseco ao ser humano.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18 , vol. I, n. 18	p. 185-186	JAN.-JUN./ 2.002
-------------	-----------	------------------------	------------	------------------

Por isso, o livro trata de nos conduzir a um amplo painel de autores e idéias, em diferentes momentos históricos e diferentes países, que defendem a necessidade de uma renda básica como instrumento mais aprimorado de redução das desigualdades e de aumento das liberdades individuais e sociais. No mesmo sentido, aponta as experiências nacionais e internacionais de implantação de programas de garantia de renda mínima mais amplos ou mais restritos, com ou sem vinculação a outras políticas públicas, de alcance local, regional ou nacional e através de mecanismos diretos ou indiretos.

Impressiona, particularmente, o fato de serem encontrados defensores da idéia entre economistas, pensadores e políticos de diferentes matizes ideológicos, filiados às mais diversas correntes teóricas e políticas. Impressiona também a amplitude do diálogo levado a cabo por Suplicy com o objetivo de ganhar adeptos em todos os setores nacionais para elaborar um verdadeiro consenso social em torno da renda de cidadania.

Hábil, Suplicy, ao mesmo tempo em que analisa cada proposta e cada experiência, procura sedimentar os argumentos a favor de uma renda básica a ser conferida a cada indivíduo, a ser paga em dinheiro e periodicamente. Duas são as principais objeções dos críticos à proposta as quais o autor trata de expor e contestar: a armadilha do desemprego e da pobreza.

O argumento mais encontrado procura demonstrar que qualquer complementação de renda em montante estipulado como a diferença entre um teto e a renda individual ou familiar levaria necessariamente os indivíduos a não se sentirem incentivados ao trabalho ou mesmo a buscarem melhor remuneração.

No mesmo sentido, a administração de um sistema como esse deveria considerar a real possibilidade de subdeclaração de renda por parte de muitos interessados no benefício.

A estes argumentos se contrapõe Suplicy, afirmando que a fórmula de um imposto de renda negativo como proporção entre um patamar definido em lei e a renda familiar ou a adoção de uma renda básica incondicional superaria aquelas objeções. Uma renda básica devida a cada indivíduo (rico ou pobre) sem qualquer restrição ou vinculação a outros programas, além de desconcentrar a renda e fazer com que cada indivíduo se sinta estimulado a buscar por seu esforço e capacidade aumentos em sua renda, seria também um passo fundamental na direção da mesma solidariedade social sonhada por Thomas More na sua Utopia.

Por fim, mas não menos importante, ressalte-se a importante contribuição do Senador militante do PT ao formular sua proposta também a partir dos marcos e dos fundamentos de uma nova política econômica. No momento em que estamos todos subjugados à inflexibilidade do pensamento único que tem no fundamentalismo de mercado sua única razão de ser e como seus únicos instrumentos o manejo dos juros, atração de capitais externos, a abertura indiscriminada ao capital financeiro a aos mercados internacionais o autor afirma e reafirma que a política econômica também deve ser civilizada e ao lado da implantação de uma renda de cidadania, perfilam-se a

*... “universalização do direito à educação, a assistência e a saúde, da realização da reforma agrária, da capilarização do crédito, do estímulo das formas cooperativas de produção, da maior interação entre empresários e trabalhadores em todas as unidades produtivas” (157).*

Enfim, trata-se de uma proposta estimulante para aqueles que querem formular um novo projeto que tenha o social como eixo estruturador do processo de desenvolvimento nacional.



## RESENHA

# TERRA INCOGNITAE: EL SURGIMIENTO DE NUEVAS REGIONES Y TERRITORIOS EN EL MARCO DE LA GLOBALIZACIÓN. A PROPÓSITO DE LIBRO GEOPOLÍTICA IDENTIDAD Y GLOBALIZACIÓN.

**Blanca Rebeca Ramírez**

Profesora del departamento de Teoría y Análisis, de la División de Ciencias y Artes para el Diseño, Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco; miembro de la Red Nacional de Investigación Urbana, RNIU - Correo electrónico: bramirez@cueyatl.uam.mx

La geografía latinoamericana adolece de un mal que hasta el momento ha sido insoslayable: la limitada producción de textos originales que tengan un referente teórico-metodológico que de respuesta a las interrogantes que se presentan con los cambios tan acelerados que la realidad contemporánea nos impone. Bajo este contexto, las aportaciones en español que puedan llenar ese vacío, sobre todo en un área difícil de explorar y en ocasiones vedada para su desarrollo como es el de la geografía política, es digno de recibirse con júbilo ante la existencia de dictaduras políticas o democracias soberanas disfrazadas como las latinoamericanas que limitan, implícita o explícitamente, la reflexión y la producción de libros que vinculen la política con el territorio.

Este es el caso del libro que Joan Nogué Font y Joan Vicente Rufí, connotados geógrafos españoles de la Universidad de Girona, quienes ponen al alcance de nosotros su texto titulado *Geopolítica, identidad y globalización*, editado por Ariel en Barcelona en septiembre de 2001. En un intento por vincular las transformaciones que se han originado en el ámbito de la política y los territorios globalizados, dan nuevos rumbos a la concepción de la identidad, así como a la comprensión e identificación de nuevos territorios que se vislumbran como Tierra Incongitae en un marco de reestructuración política y de la soberanía que a los estados nación impone el capitalismo contemporáneo globalizado.

De acuerdo con los autores, éste es un momento en donde las viejas formas de interpretar el mundo y su organización se convierten en obsoletas, generando una crisis disciplinar que la geografía comparte con el resto de las ciencias sociales (pp. 212), y, por que no decirlo, con las ciencias naturales que se readecuan y se reubican también en nuevas formas de adentrarse al conocimiento y de incursionar en su influencia hacia las ciencias sociales. De ahí sin duda, la necesidad de reflexionar sobre los cambios y las transiciones que vive el mundo actual y sobre todo de formas innovadoras que permitan comprenderlo, y por qué no, transformarlo.

Para lograr su objetivo, los autores explicitan un deslinde importante entre la globalización con los procesos de internacionalización y el de transnacionalización, argumentando que:

“representa la fase de inmediatez y de la profundización de la integración de las economías mundiales. En ella, todo se ha mercantilizado, <<mercadificado>>, incluso los lugares como tales: en el turismo posindustrial típico de la globalización, el lugar como tal (y no sólo lo que allí se hace o se vende) se convierte en una mercancía.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18 , vol. I, n. 18	p. 187-190	JAN.-JUN/ 2.002
-------------	-----------	------------------------	------------	-----------------

No es sólo un lugar para consumir, sino que él mismo se convierte en <<consumible>>, en objeto de consumo” (pp.15).

En un intento por responder al por qué los seres humanos crean lugares en el espacio y cómo les imbuyen de significado, lo que los adentra en el estudio de las identidades colectivas (pp. 17), se apoyan en la concepción del posmodernismo para dar una respuesta identificada con las corrientes del pensamiento vigentes, al que entienden como una metodología que intenta ofrecer una explicación teórica y práctica a la reestructuración presente de la espacialidad capitalista (pp.7).

Basándome en los supuestos anteriores que enmarcan el objetivo y la forma de alcanzarlo de los autores, me gustaría centrar mi comentario en responder a tres reflexiones que me surgen de la lectura del texto: 1) Cómo se percibe la metodología posmoderna en el marco del trabajo presentado; 2) Cuáles son los cambios territoriales que se dan en el marco de la geopolítica crítica actual, y 3) Cuáles son los aportes del texto al concepto de identidad.

### **Posmodernismo Y Metodología**

El método posmoderno es entendido por los autores como una forma de:

“resistencia a la cerrazón paradigmática y a las formulaciones rígidas y categóricas, la búsqueda de nuevas formas de interpretar el mundo empírico y el rechazo a la mistificación ideológica” (pp.23).

Basándose en los aportes de Soja y de Harvey, concluyen en que la utilidad del posmodernismo radica en que posibilita el entendimiento de la teoría y la práctica de la reestructuración capitalista, permitiendo una perspectiva crítica espacial en la teoría social contemporánea (pp.24).

Sin ir más allá en la explicación de estos supuestos, los autores incursionan en análisis muy completo de los orígenes y la situación de la geografía política moderna, desde Kant y Ratzel, hasta las posturas francesas, inglesas y americanas (capítulo 2), mismas que se enmarcaron en un concepto de estado que funcionaba como “contenedor de la modernidad”, a partir de la cuales se organizaba la política y la economía de los siglos XIX y XX (pp. 68).

Esta concepción quedó resquebrajada con la crisis de las metanarrativas políticas y geopolíticas a finales de la década de los ochenta, generando su renovación así como la de la geografía electoral ante la posibilidad de analizar múltiples fenómenos culturales, económicos, sociales o ambientales en el marco de un contexto político territorial.

Desde su punto de vista, se provocó entonces, una “reconceptualización de la noción de espacio político”, el cual se empezó a entender como una acción colectiva localizada en un lugar concreto; como un conjunto de relaciones entre individuos, grupos e instituciones que constituyen una verdadera interacción política, o bien, parafraseando a Kirby, como un espacio político concebido como un sistema dinámico de relaciones fundadas en lejanas afinidades y traducidas en interacciones a corto plazo (pp.62).

Su procedimiento posmoderno prosigue con la deconstrucción del estado moderno que pasa en su entender por la globalización, que implica la generación de una nueva soberanía, que lo ubica entre una estructura del sistema que se mantiene sobre la base de múltiples arenas institucionales, nuevos regímenes legales privados transnacionales, nuevas organizaciones supranacionales y varios códigos internacionales de derechos humanos (pp. 74); una profundización de los fundamentos de la economía, en donde los estados tienen que adaptarse a las demandas de eficiencia del sistema mundial como estrategia de sobrevivencia (pp. 75) y una serie de instituciones internacionales que aparecen como agentes geopolíticos del nuevo sistema global.

Del estado-nación delimitado por fronteras, en su entender, con la globalización se pasa a otro que busca el reestructurarlas sobre la base de la importancia que adquieren espacios locales, que son las nuevas regiones o territorios que a la fecha son tierra de nadie, pues no hemos incursionado en su análisis y estudio, mismas que conforman lo que llaman el caos y la complejidad, de la cual se ocupan en el capítulo 3.

Si bien es interesante la forma como se deconstruye el estado-nación para ubicarlo en esta nueva perspectiva, lo reconstruyen a partir del análisis que desarrollan en el capítulo 4, en donde se adentran en el análisis de los nuevos discursos y las prácticas geopolíticas. Es evidente entonces que los autores adoptan una visión moderna del posmodernismo, que consiste en contraponer las antiguas con las nuevas formas que se adopta el capitalismo contemporáneo, sin que con ello se eliminen elementos de contextualización que favorecen exclusivamente el análisis del aquí y del ahora sin referente de origen, o bien de significados o lenguajes que otras formas metodológicas de adentrarse en él sí favorecen y que desde mi particular punto de vista neutralizan los procesos y los fenómenos contemporáneos.

### **Caos, complejidad y terre incongnitae**

A partir de la adopción del mundo como sistema desarrollado por Wallerstein, los autores se adentran en el estudio del orden mundial, proporcionando las diferentes posturas que de él se desarrollan y diferenciando los ciclos hegemónicos de la primacía británica y la norteamericano que manifiestan diferencias importantes con los procesos contemporánea, en donde las relaciones Norte/Sur; Este/Oeste; Centro/Periferia, dejan de ser los parámetros que pueden dar una explicación de los acontecimientos territoriales de la política vigente, con la aparición de la diferencia como una característica fundamental que define las condiciones de la geopolítica internacional, y de nuevos territorios inaccesibles, misteriosos y enigmáticos (pp. 112), sobre los cuales es preciso centrar la atención. Al respecto reconocen que:

“Los rasgos esenciales de la radiografía geopolítica de nuestros días son la heterogeneidad, el contraste y la simultaneidad de escalas, así como la alternancia entre unos espacios perfectamente delimitados sobre el territorio y otros de carácter más difuso y de límites imprecisos” (pp.112).

Desde su perspectiva entonces, aparecen nuevos territorios como Tierra Incognitae que tienen “límites imprecisos y cambiantes, difíciles de percibir y de aún más de cartografiar”. Ellos se erigen como áreas de interés político e intelectual, entre las cuales se pueden contar, los territorios del zapatismo mexicano, los del narcotráfico colombiano, las mafias rusas y los grandes territorios metropolitanos que no tienen entidad administrativa propia (pp. 113) y a los cuales habría que agregar los de las migraciones nacionales e internacionales que están cambiando las condiciones de acercamiento y estudio que el multiculturalismo quiere “integrar” a los estados-nación, las de los enclaves económicos y los centros financieros que se erigen como territorios “especiales”, los de la pobreza que carece a veces hasta de lo más indispensable, y que los autores conciben como los de la irrelevancia (pp. 114), y los que se mencionan como los territorios de la guerra (pp. 141).

Estos espacios requieren atención de geógrafos y especialistas para entender las condiciones específicas que marcan una nueva dimensión en el reconocimiento de procesos y fenómenos que se desarrollan en espacios particulares; requieren nuestra atención ya que generan una realidad caótica y compleja que es preciso empezar a deconstruir y reconstruir en el marco de la geopolítica crítica de vanguardia. Sin duda que esta propuesta, es lo que constituye la parte más innovadora y sugerente de texto en cuestión.

## **Identidad, territorio y política.**

Una de las características fundamentales del discurso globalizador vigente es el retorno al lugar que, en opinión de los autores, se erige como un forma de vincular identidad, política y territorio; sin embargo, la principal característica que tiene es que se fundamenta a partir de la ideología nacionalista (pp. 154).

Bajo esta perspectiva, aceptando de antemano una revaloración del lugar como una necesidad que se presenta ante los sentimientos de inseguridad, indefensión e impotencia que se presenta ante la globalización, esta aceptación, argumentan los autores, tiene que hacerse fuera de las acotaciones fronterizas y de límites que la modernidad presentaba, sino bajo la perspectiva de concebir las fronteras como zonas de hibridez, yuxtaposición e interacción que permitirían entender los procesos en una forma más integrada.

Es bajo esta perspectiva de límite, frontera, territorio dividido, región agregaría, que se presenta la discusión que dan sobre la identidad, y que pasa por dos características que reconocemos como fundamentales: primero, si bien ésta se da bajo una nueva concepción de territorio que la saca de los límites fronterizos y la ubica en el marco de territorios de interacción que permiten apartarlas del concepto estático y contenedor del estado-nación, no se argumenta sobre si bajo parámetros que eliminen la frontera del estado-nación, ante la globalización podríamos ser testigos del nacimiento de nuevas identidades o de identidades en transición; o si, a pesar de los cambios suscritos, las identidades se mantendrán intactas.

Segundo, es la pertenencia a una colectividad que comparte un territorio determinado el supuesto lo que define su concepción de identidad, concepción que les permite analizar los sentimientos nacionalistas que están detrás del juicio que lo vincula con la tierra, los mensajes y significados que surgen del análisis de ciertos paisajes, discursos políticos, así como los que se encuentran al interior del discurso ambientalista. Ésta, al imbuirse cada vez más de consideraciones de tipo político les lleva a asegurar que la geopolítica se está ambientalizando.

Ambas posturas son formas específicas de ubicar los problemas de identidad al interior de la vertiente moderna del posmodernismo, de la cual ya habíamos hablado anteriormente que los ubica en cierta postura frente al análisis de los problemas actuales del mundo.

Independientemente de aceptar la importancia que tiene el texto, y de comulgar con muchas de las posturas que en él se desarrollan, hay un punto que me queda pendiente de su lectura y refiere a la ausencia de referencias a la acción directa del estado-nación a partir de las políticas neoliberales, que son sin duda las directamente responsables de la implantación de la globalización, si la consideramos, retomando las posturas modernas del posmodernismo, como la forma como se implanta el capitalismo contemporáneo en sus diferentes escalas y a través de las instituciones nacionales e internacionales que lo implementan.

Sin duda que la geopolítica crítica contemporánea debería de tomar en cuenta en estudio del análisis de las formas específicas y los cambios que está teniendo el estado-nación y que sin duda incide, a través de ideologías y políticas neoliberales, en la conformación de las Terra Incognitae de la pobreza, la migración, las ciudades divididas y todas aquellas que sin duda y muy acertadamente el libro de Nogué y Rufí nos refieren.

Joan Nogue Font y Joan Vicente Rufí  
“Geopolítica, identidad y globalización”  
Barcelona, 2001, Ariel Geografía - 247 páginas.

No tengo la dirección electrónica de la editora pero si el de uno de los autores, mismo que te anexo [joan.nogue@udg.es](mailto:joan.nogue@udg.es)

## Normas para publicação

**TERRA LIVRE** é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) que tem por objetivo divulgar matérias concernentes aos temas presentes na formação e prática dos geógrafos e sua participação na construção da cidadania. Nesse sentido, nela são acolhidos textos sob a forma de artigos, notas, resenhas, comunicações, entre outras, de todos os que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela Geografia, e que estejam relacionados com as discussões que envolvem as teorias, metodologias e práticas desenvolvidas e utilizadas nesse processo, assim como com as condições e situações sob as quais vêm se manifestando e suas perspectivas.

1. Todos os textos enviados a esta revista devem ser inéditos e redigidos em português ou espanhol.
2. Os textos devem ser apresentados com extensão mínima de 20 e máxima de 30 laudas, com 30 linhas de 70 toques cada, em espaço duplo, em folhas de papel branco, formato A-4 (210x297mm), impresso em uma só face, sem rasuras e/ou emendas, e enviados em duas vias impressas acompanhadas de versão em disquete (de 3,5”) de computador padrão IBM PC, compostos em *Word para Windows*, utilizando-se a fonte Times New Roman, tamanho 12.
3. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, espanhol e inglês. Na segunda linha, o(s) nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à(s) instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) ou endereço postal.
4. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, espanhol e inglês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chave que identifiquem o conteúdo do texto.
- 5 – O estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.
6. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Esse recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.
7. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a idéias e/ou informações no decorrer do texto devem subordinar-se ao esquema (Sobrenome do autor, data) ou (Sobrenome do autor, data, página). Ex.: (Oliveira, 1991) ou (Oliveira, 1991, p.25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: “A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)”. Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos:

**a) no caso de livro.** SOBRENOME, Nome. *Título da obra*. Local de publicação: Editora, data. Ex.: VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

**b) no caso de capítulo de livro:** SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org). *Título do livro*. Local de publicação: Editora, data. página inicial-página final. Ex.: FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). *Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000. p.67-93.

**c) no caso de artigo:** SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico*, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano. Ex.: SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? *Orientação*, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

**d) no caso de dissertações e teses:** SOBRENOME, Nome. *Título da dissertação* (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: SILVA, José Borzacchiello da. *Movimentos sociais populares em Fortaleza*. uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

9. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias,...) devem ser enviadas preferencialmente em arquivos digitais (formatos JPG ou TIF). Caso contrário, adotar-se-á suporte de papel branco. Neste caso, as fotografias devem ter suporte brilhante, nas cores preto & branco. As dimensões máximas, incluindo legenda e título, são de 15 cm, no sentido horizontal da folha, e 23 cm, no seu sentido vertical. Ao(s) autor(es) compete indicar a disposição preferencial de inserção das ilustrações no texto, utilizando, para isso, no lugar desejado, a seguinte indicação: {(fig., foto, quadro, tabela,...) (nº)}.

10. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais. Os artigos serão enviados aos pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Os originais não aprovados serão devolvidos ao(s) autor(es).

11. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte. Cada trabalho publicado dá direito a cinco exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e três exemplares nos demais casos (notas, resenhas, comunicações,...)

12. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.

13. Os trabalhos devem ser enviados à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - Diretoria Executiva Nacional/Coordenação de Publicações – **TERRA LIVRE**- Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Edifício Geografia e História – Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brasil.

## COMPÊNDIO DOS NÚMEROS ANTERIORES

- 1) MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. Ano1, n.1, p.6-19, 1986.
- 2) THOMAZ JÚNIOR, Antonio. As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. Ano1, n.1, p.20-25, 1986.
- 3) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. Ano1, n.1, p.26-38, 1986.
- 4) VALVERDE, Orlando. A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento. Ano1, n.1, p.39-42, 1986.
- 5) SALES, W. C. de C., CAPIBARIBE, P. J. A., RAMOS, P., COSTA, M. C. L. da. Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais. Ano1, n.1, p.43-45, 1986.
- 6) CARVALHO, Marcos Bernardino de. A natureza na Geografia do ensino médio. Ano1, n.1, p.46-52, 1986.
- 7) SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista. Ano1, n.1, p.53-61, 1986.
- 8) CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional na Geografia. Ano1, n.1, p.62-66, 1986.
- 9) PONTES, Beatriz Maria Soares. Uma avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano. Ano1, n.1, p.67-72, 1986.
- 10) PLANO DIRETOR DA AGB NACIONAL GESTÃO 85/86. Ano1, n.1, p.73-75, 1986.
- 11) A AGB e o documento final do projeto diagnóstico e avaliação do ensino de Geografia no Brasil. Ano1, n.1, p.76-77, 1986.
- 12) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. n.2, p.9-42, jul.1987.
- 13) VLACH, Vânia Rúbia Farias. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. n.2, p.43-58, jul.1987.
- 14) VESENTINI, José William. O método e a práxis (notas polêmicas sobre Geografia tradicional e Geografia crítica). n.2, p.59-90, jul.1987.
- 15) REGO, Nelson. A unidade (divisão) da Geografia e o sentido da prática. n.2, p.91-114, jul.1987.
- 16) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Análise dos planos de ensino da Geografia. n.2, p.115-127, jul.1987.
- 17) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Para a construção do espaço geográfico na criança. n.2, p.129-148, jul.1987.
- 18) VIANA, P.C.G., FOWLER, R.B, ZAPPILA, R.S., MEDEIROS, M.L.M.B.de. Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxico. n.2, p.149-154, jul.1987.
- 19) AB' SABER, Aziz Nacib. Espaço territorial e proteção ambiental. n.3, p.9-31, mar.1988.
- 20) GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. n.3, p.33-54, mar.1988.
- 21) BERRÍOS, ROLANDO. Planejamento ambiental no Brasil. n.3, p.55-63, mar.1988.
- 22) BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. n.3, p.65-74, mar.1988.
- 23) LIMA, Samuel do Carmo. Energia nuclear – uma opção perigosa. n.3, p.75-88, mar.1988.
- 24) SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes e SCHÄFFER, Neiva Otero. Análise ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. n.3, p.89-103, mar.1988.
- 25) ESTRADA, Maria Lúcia. Algumas considerações sobre a Geografia e o seu ensino - o caso da industrialização brasileira. n.3, p.105-120, mar.1988.
- 26) MESQUITA, Zilá. Os “espaços” do espaço brasileiro em fins do século XX. n.4, p.9-38, jul.1988.
- 27) RIBEIRO, Wagner Costa. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana. n.4, p.39-53, jul.1988.
- 28) SILVA, José Borzacchiello da. Gestão democrática do espaço e participação dos Geógrafos. n.4, p.55-76, jul.1988.
- 29) VALLEJO, Luiz Renato. Ecodesenvolvimento e o mito do progresso. n.4, p.77-87, jul.1988.
- 30) VLACH, Vânia Rubia Farias. Rediscutindo a questão acerca do livro didático de Geografia para o ensino de 1º e 2º graus. n.4, p.89-95, jul.1988.
- 31) SCHÄFFER, Neiva Otero. Os estudos sociais ocupam novamente o espaço... da discussão. n.4, p.97-108, jul.1988.
- 32) SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. n.5, p.9-20, 1988.
- 33) SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). n.5, p.21-45, 1988.
- 34) GOMES, Paulo César da Costa e COSTA, Rogério Haesbaert da. O espaço na modernidade. n.5, p.47-67, 1988.

- 35) SILVA, Mário Cezar Tompes da. O papel do político na construção do espaço dos homens). n.5, p.69-82, 1988.
- 36) SOUZA Marcos José Nogueira de. Subsídios para uma política conservacionista dos recursos naturais renováveis do Ceará). n.5, p.83-101, 1988.
- 37) KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. n.6, p.9-18, ago.1989.
- 38) MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. n.6, p.19-63, ago.1989.
- 39) SADER, Regina. Migração e violência: o caso da Pré-Amazônia Maranhense. n.6, p.65-76, ago.1989.
- 40) FAULHABER, Priscila. A terceira margem: índios e ribeirinhos do Solimões. n.6, p.77-92, ago.1989.
- 41) TARELHO, Luiz Carlos. Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. n.6, p.93-104, ago.1989.
- 42) OLIVEIRA, Bernadete de Castro. Reforma agrária para quem? Discutindo o campo no estado de São Paulo. n.6, p.105-114, ago.1989.
- 43) BARBOSA, Ycarim Melgaço. O movimento camponês de Trombas e Formoso. n.6, p.115-122, ago.1989.
- 44) MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. n.7, p.9-21, 1990.
- 45) BARROS, Raimundo. O seringueiro. n.7, p.23-42, 1990.
- 46) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A defesa da natureza começa pela terra. n.7, p.43-52, 1990.
- 47) COLTRINARI, Lylian. A Geografia e as mudanças ambientais. n.7, p.53-57, 1990.
- 48) SILVA, Armando Corrêa da. Ponto de vista: o pós-marxismo e o espaço cotidiano. n.7, p.59-62, 1990.
- 49) COSTA, Rogério Haesbaert da. Filosofia, Geografia e crise da modernidade. n.7, p.63-92, 1990.
- 50) RIBEIRO, Wagner Costa. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo)política. n.7, p.3-107, 1990.
- 51) CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos e GOULART, Lígia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do ensino de geografia: a noção de espacialidade e o estatuto da natureza. n.7, p.109-118, 1990.
- 52) CORDEIRO, Helena K. Estudo sobre o centro metropolitano de São Paulo. n.8, p.7-33, abr.1991.
- 53) MAURO, C.A., VITTE, A.C., RAIZARO, D.D., LOZANI, M.C.B., CECCATO, V.A. Para salvar a bacia do Piracicaba. n.8, p.35-66, abr.1991.
- 54) PAVIANI, Aldo. Impactos ambientais e grandes projetos: desafios para a universidade. n.8, p.67-76, abr.1991.
- 55) FURIAN Sônia. "A nave espacial terra: para onde vai?" n.8, p.77-82, abr.1991.
- 56) ALMEIDA, Rosângela D. de. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. n.8, p.83-90, abr.1991.
- 57) FILHO, Fadel D. Antonio e ALMEIDA, Rosângela D. de. A questão metodológica no ensino da Geografia: uma experiência. n.8, p.91-100, abr.1991.
- 58) ESCOLAR, M., ESCOLAR, C., PALACIOS, S.Q. Ideologia, didática e corporativismo: uma alternativa teórico-metodológica para o estudo histórico da Geografia no ensino primário e secundário. n.8, p.101-110, abr.1991.
- 59) ARAÚJO, Regina e MAGNOLI, Demétrio. Reconstruindo muros: crítica à proposta curricular de Geografia da CENP-SP. n.8, p.111-119, abr.1991.
- 60) PEREIRA, D., SANTOS, D., CARVALHO, M. de. A Geografia no 1º grau: algumas reflexões. n.8, p.121-131, abr.1991.
- 61) SOARES, Maria Lúcia de Amorim. A cidade de São Paulo no imaginário infantil piedadense. n.8, p.133-155, abr.1991.
- 62) MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. n.8, p.157-162, abr.1991.
- 63) SANTOS, Milton. A evolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. n.9, p.7-17, jul.-dez.1991.
- 64) LIMA, Luiz Cruz. Tecnopólo: uma forma de produzir na modernidade atual. n.9, p.19-40, jul.-dez.1991.
- 65) GUIMARÃES, Raul Borges. A tecnificação da prática médica no Brasil: em busca de sua geografização. n.9, p.41-55, jul.-dez.1991.
- 66) PIRES, Hindemburgo Francisco. As metamorfoses tecnológicas do capitalismo no período atual. n.9, p.57-89, jul.-dez.1991.
- 67) OLIVEIRA, Márcio de. A questão da industrialização no Rio de Janeiro: algumas reflexões. n.9, p.91-101, jul.-dez.1991.
- 68) HAESBAERT, Rogério. A (des)ordem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. n.9, p.103-127, jul.-dez.1991.
- 69) SILVA, Armando Corrêa da. Ontologia analítica: teoria e método. n.9, p.129-133, jul.-dez.1991.